

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 90ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -**  
**COMDEMA**

Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às dezesseis horas em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 90ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Cristiane Lujan e Márcio Martins. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 80ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da reunião anterior por e-mail, tendo sido aprovada com a seguinte correção nas linhas 23 e 24, com os seguintes termos “apesar de não recomendado a retirada de árvores para execução de estacionamento, o projeto já estava aprovado no convênio com a Caixa Federal”. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV do Edifício Moacyr Caldeira Filho ou Pittelli & Pittelli Engenharia Ltda - ME, Critérios para intervenção em praças públicas e outros assuntos. Angela iniciou a reunião e dentre outros assuntos informou que o SAAEB enviou convite ao conselho para lançamento do projeto de educação ambiental em razão do recurso da Caixa Econômica Federal para execução da ETE Bebedouro, mas o conselho não enviou representante por ter recebido o convite poucos dias antes do evento, sendo decidido enviar ofício justificando a ausência por ter sido intempestivo o prazo. A seguir foi tratado sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS, e Telma questionou sobre o volume máximo para a coleta para empresas, e Angela disse que esse serviço poderá ser regulamentado por decreto, através de tarifa, mas informou que no caso das empresas, quando o volume é muito grande, o serviço de coleta não tem feito o recolhimento, e reforçou que a responsabilidade do município é somente a coleta do resíduo domiciliar e a da varrição, podendo-se admitir a coleta do resíduo sanitário e de alimentação de empresas; Telma observou a necessidade de fazer uma campanha junto às empresas para segregarem o seu resíduo para viabilizar a reciclagem do seu resíduo; Angela observou também que empresas de grande porte deverão realizar os seus próprios planos de gerenciamento de resíduos, e no caso de pequenas empresas, o município pode fazer um plano para atender casos específicos, como os das oficinas de veículos; foi destacado que a gestão deve ser acompanhada de processo continuado de educação ambiental. A seguir Tadeu Pavani relatou a ocorrência de pulverização aérea próximo ao bairro Residencial Pedro Paschoal, com ocorrência de mau estar aos funcionários públicos do pátio de resíduos da construção, que fica na mesma região, e que o caso gerou um Relatório da Guarda Civil Municipal, considerando estar infringindo a proibição de pulverização aérea a menos de 2 km do perímetro urbano, conforme prevê o Plano Diretor, devendo ser aplicado auto de infração na modalidade de advertência ao proprietário rural da área pulverizada. Telma informou que os processos de abertura de empresas, através do Via Rápida Empresa, VRE, estão sendo interrompidos nos casos de uso industrial ou na área rural, para solicitação de licenciamentos ambientais, quando poderão ser solicitados estudos de impacto de vizinhança, planos de gerenciamento de resíduos, parecer do COMAER, Comando da Aeronáutica, dentre outros documentos, em atendimento à nossa legislação e à Política Nacional de Resíduos Sólidos; Angela reforçou que os funcionários que fazem licenciamento de empresas precisam de capacitação e acompanhamento do Departamento de Meio Ambiente. A seguir passou a ser discutido os critérios para intervenção em praças públicas, e foi decidido que não deverão ser incorporadas áreas para estacionamento na área da praça ou sistema de lazer, considerando que estacionamento compõe as áreas de circulação, exceto se o loteamento já possuir área para sistema de lazer maior que 5% em loteamentos antigos, ou mais de 5% para sistema de lazer e 15% para área verde, em

49 loteamentos novos; a iluminação deverá ser compatível com o porte da arborização adulta, e do  
50 tipo antivandalismo, quando se tratar de postes baixos; a remoção de árvores, quando  
51 necessárias, deverá ser seguida de compensação de no mínimo dois plantios a cada uma  
52 remoção; deverão ser feito projeto de paisagismo, com especificação das espécies e  
53 quantidades, para projetos de implantação ou reforma de praças; o plantio de espécies, quando  
54 realizados pelo município, deverá ter o local e as espécies adequadas pré determinados por  
55 funcionário competente do DAAMA, preferencialmente conforme projeto de paisagismo, em  
56 se tratando de praça urbanizada ou não; deverão ser indicadas o uso das áreas públicas não  
57 urbanizadas, ou seja, sistema de lazer, área verde ou área institucional, com placas, e  
58 orientação para se obter autorizado do DAAMA para plantio de árvores ou outras espécies  
59 vegetais; o plantio deve ser precedido de projeto integrado, com informações sobre a  
60 pavimentação, canteiros, iluminação, equipamento esportivos e de lazer, mobiliários,  
61 respeitando-se a resolução SMA 72/2017, que dispõe sobre os procedimentos para análise dos  
62 pedidos de supressão de vegetação nativa para parcelamento do solo, condomínios ou qualquer  
63 edificação em área urbana, e o estabelecimento de área permeável na área urbana para os casos  
64 que especifica; essa recomendação foi aprovada e deverá ser entregue aos departamentos de  
65 Meio Ambiente, Obras, Planejamento e Educação da Prefeitura. A seguir passou a ser  
66 discutido Estudo de Impacto de Vizinhança do Edifício de Moacyr Caldeira Filho, ou Pittelli &  
67 Pittelli Engenharia Ltda - ME, a se situar na Rua General Osório, números 335 e 551, Centro,  
68 Cadastro Municipal 096.093.016.00, em área zoneada como ZMC, zona mista central,  
69 conforme PDM, para o uso R2.2, ou unidades residenciais agrupadas verticalmente em uma  
70 edificação, conforme PDM, e certidão DPDU/UOS nº 462/2018, anexa a esse estudo; foi  
71 informado que a edificação não possui subsolo, sendo o pavimento térreo destinado à recepção,  
72 áreas de uso comum e estacionamento, mais 9 pavimentos tipos com dois apartamentos cada,  
73 num total de 18 unidades habitacionais; foi observado na pág. 30 que a quota per capita  
74 adotada é 200 l/hab.dia para o consumo de água, e na pág. 33 e 34 observou-se que o  
75 coeficiente de retorno para o esgoto é 0,8, ou 160 l/hab.dia, devendo portanto serem  
76 corrigidas as fórmulas de geração de esgoto, uma vez que esse índice foi calculado duas  
77 vezes; na pág. 35 o número de apartamentos deve ser corrigido para 18; Angela destacou  
78 que o projeto do empreendimento só pode ser aprovado pelo Departamento de  
79 Planejamento após a aprovação do EIV, considerando que a diretriz expedida pelo SAAEB  
80 está condicionada à aprovação do EIV; na pág. 105 não foram esclarecidas as medidas  
81 mitigadoras referente ao tratamento de esgoto e à bacia de contribuição, considerando que  
82 a diretriz do SAAEB cita incorretamente a bacia do Mandembo; a diretriz do SAAEB faz  
83 referência a fundo próprio, mas conforme o PDM em seu artigo 200 todas as obras  
84 previstas do empreendimento aprovadas, não executadas pelo empreendedor, deverão ser  
85 depositadas o valor correspondente à obra no Fundo Municipal de Desenvolvimento  
86 Urbano, FMDU, fundo esse criado pelo artigo 347 do PDM, e formalmente criado no  
87 orçamento municipal, com conta corrente própria no Banco do Brasil, sendo decidido que  
88 o SAAEB deve ser oficiado sobre a legalidade do FMDU, e que o Fundo Municipal de  
89 Água e Esgoto não pode se sobrepor ao FMDU, e nem possui legalidade; na observação do  
90 item 3.0 da diretriz do SAAEB, não ficou claro a responsabilidade do empreendedor de  
91 executar o coletor-tronco, qual o trecho ou o comprimento, e as características deste  
92 coletor, devendo portanto ser esclarecido qual a responsabilidade; a medição do nível  
93 sonoro realizada no período das 07 às 19 horas excede o recomendado pela NBR 10.151,  
94 portanto é pré existente à operação do empreendimento; na pág. 30 a área mínima de  
95 permeabilidade de 5% é citada que ocorrerá pelo piso do estacionamento, mas não ficou  
96 claro como será a permeabilidade, e também não foi apresentada a posição da caixa de  
97 contenção de água pluvial, em atendimento à lei estadual nº 12526/07; não foi apresentado  
98 o parecer do Departamento de Trânsito quanto ao impacto no trânsito local; a área verde  
99 mínima de 5% não foi identificada no projeto, em atendimento ao artigo 79 do PDM; foi  
100 recomendado seja solicitado o laudo para retirada da árvores no interior do lote, para a

101 implantação da obra; por fim todas as considerações, observações e solicitações foram  
102 aprovadas para uma revisão final do EIV. A seguir foi informado que o Comitê da Bacia  
103 Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, realizou reunião de plenária no dia 17 de  
104 dezembro, em Barretos, na Unifeb, com a presença do representante da Prefeitura, Tadeu  
105 Pavani, para discussão e aprovação do Plano de Aplicação e Programa de Investimentos,  
106 PA/PI, do Plano de Bacia, para definir a distribuição de recursos para os próximos quatros  
107 anos, os critérios para distribuição de recursos e os prazos para solicitação e análise de  
108 recursos. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo o mais  
109 nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves  
110 Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho  
111 Municipal do Meio Ambiente, no dia trinta do mês de dezembro do ano de dois mil e  
112 dezenove.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária